

## A UNIVERSIDADE COMO PRODUTORA DE CONHECIMENTO E DIVERSIDADE: UMA ANÁLISE SOBRE A RUDE CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA

### THE UNIVERSITY AS A PRODUCER OF KNOWLEDGE AND DIVERSITY: AN ANALYSIS OF THE HARSH BRAZILIAN CONTEMPORANEITY

Alexandre Bonetti LIMA\*  
Sonia Regina Vargas MANSANO\*\*

---

**Resumo:** A universidade pública brasileira, por meio do ensino, pesquisa e extensão, gera conhecimentos balizados nos preceitos da ciência, tecnologia e inovação. Nos últimos anos, ela tornou-se alvo de ataques advindos do poder estatal e do setor privado que passaram a julgá-la a partir de gastos, desconsiderando sua função social e científica. Os desdobramentos dessas avaliações vêm sendo desastrosos. Ciente disso, este estudo teórico objetiva problematizar a função sócio-crítica das universidades a partir dos seguintes argumentos: primeiro, analisa-se a situação das universidades públicas no Brasil e sua recorrente desqualificação. Em seguida, aborda-se a banalização do mal e o vazio do pensamento gerados pela organização neoliberal. Por fim, demonstra-se que a universidade resiste a esse quadro, denunciando e produzindo conhecimentos que questionam o status quo. Conclui-se que a universidade está diante do desafio político de se posicionar em prol da potencialização da vida comum, elaborando conhecimento e intervenções comprometidos com transformação social.

**Palavras-chave:** Universidade. Conhecimento. Resistência. Transformação social

---

**Abstract:** The Brazilian public university, by means of teaching, research and extension generates knowledge based on the precepts of science, technology and innovation. In recent years, it has become the target of attacks from state power and the private sector that have come to judge it from financial expenses, disregarding its social and scientific function. The results of these evaluations have been disastrous. Aware of this, this study aims to analyze the socio-critical function of universities based on the following arguments: first, the situation of public universities in Brazil and their recurrent disqualification are analyzed. Then, the trivialization of evil and the emptiness of thought generated by the neoliberal organization are approached. Finally, it is demonstrated that the university resists this situation, denouncing and producing knowledge that questions the status quo. It is concluded that the university is facing the political challenge of positioning itself for the enhancement of common life, developing knowledge and interventions committed to social transformation.

**Keywords:** University. Knowledge. Resistance. Social transformation.

---

Submetido em 24/04/2020.

Aceito em 05/06/2020.

---

\* Doutorado em Psicologia Social pela PUC/SP. Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia e do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina. Campus Universitário. PR 445. Londrina / PR. E-mail: <bonetti@uel.br>.

\*\* Doutorado em Psicologia Clínica pela PUC/SP. Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia, do Programa de Pós-graduação em Administração e do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina. Bolsista Produtividade do CNPq – 2. Campus Universitário. PR 445. Londrina / PR. E-mail <mansano@uel.br>.

## Introdução

O mundo contemporâneo mostra-se tomado cada vez mais por um *ethos* conservador e autoritário. A chamada globalização tem produzido efeitos multiplicadores do que Santos (2010) chamou de suas fábulas perversas, as quais espraiam mundo afora a naturalização da competitividade acirrada entre a população e do princípio da meritocracia como elementos que prometem abrir as portas para o sucesso. O pressuposto do modelo hegemônico contemporâneo do neoliberalismo globalizado define a competitividade como fator capital para o desenvolvimento. As tensões geradas pela competição proporcionam e exortam as pessoas a movimentarem-se e trabalharem disciplinadamente a fim de granjear os méritos necessários para atingir o bem estar e um lugar social como consumidor qualificado. É a razão cínica da globalização, nas palavras de Guareschi (2013).

Nesse contexto, o pensamento crítico tem cada vez menos espaço para se fazer presente. O ruído de tal pensamento produz incômodos à medida que gera rachaduras nos espelhos que refletem e reproduzem verdades cristalizadas, espetaculares e naturalizadas. Com efeito, a crítica, quando efetiva, provoca crises – não por acaso, palavras de mesma raiz. São crises que, por sua vez, abrem novas condições de possibilidades, distintas do que até então era naturalizado como única e inevitável trajetória (STENGERS, 2019). O Brasil, país geográfica, política e economicamente periférico, com matrizes históricas bastante autoritárias, como recordam Schwarcz (2019) e Schwarcz e Starling (2015), vem sendo tomado fortemente por esse discurso acríptico e conformista. Os efeitos desse processo fazem-se presentes em diversas esferas da vida social e afetiva.

Atento a isso, o presente estudo busca relacionar esse cenário acríptico com a esfera das universidades públicas, discutindo seu papel crucial para o enfrentamento efetivo dessa situação que carrega o país a implodir princípios e instituições democráticas arduamente confeccionadas. Para tanto, a argumentação é apresentada em três momentos: primeiro, analisa-se situação das universidades públicas no Brasil e sua recorrente desqualificação por parte do poder público e do setor privado. Na sequência, abordamos a banalização do mal e o vazio do pensamento como projetos capitalistas em acelerado curso. Sentido o impasse violento produzido pelo contexto social anteriormente descrito, apresenta-se, então, as possibilidades de resistir ao atual cenário político em vigência, recorrendo a autores que fizeram de sua práxis universitária uma luta pela expansão do conhecimento e da existência.

Ao final desse trajeto, será possível reconhecer os perigos trazidos pela adesão cega aos valores capitalistas dentro das universidades, que empobrece sua função ética e política. Mas, também se aponta para a potência de seus agentes (docentes, técnicos, estudantes e comunidades) que empreendem lutas em prol da criação de outros mundos possíveis.

## **1. A questão das Universidades públicas no Brasil: um olhar crítico**

Ultimamente, no Brasil, a universidade pública vem sendo bombardeada intensamente por narrativas e práticas violentas lançadas pelo atual governo de modo nunca visto desde a redemocratização do país. Reduções drásticas do orçamento para a gestão das universidades, limitação dos órgãos de fomento para o desenvolvimento de pesquisas, além de intervenções nas eleições para reitores têm sido frequentes. Somado a isso, acusações as mais variadas – muitas das quais absurdas e falsas – são continuamente lançadas no intuito de desqualificar a seriedade com que se empenham docentes, servidores técnicos e estudantes nos processos de formação, pesquisa e extensão nos mais diversos campos de conhecimento. Ataca-se, principalmente, a imagem historicamente construída sobre a relevância que a universidade tem para a sociedade: saberes e fazeres nos campos das ciências, das artes, da cultura, da tecnologia, bem como dos serviços prestados com excelência à população. Em suma, está na mira todo um cabedal de conhecimentos e práticas sem os quais a vida da população brasileira seria ainda mais penosa e desigual. No cerne desse bombardeamento constante revela-se como alvo o ato reflexivo e intelectual, bem como o pensamento crítico e argumentativo, cuja base é um *ethos* evidentemente antidemocrático e anti-intelectual.

Mas afinal, o que é uma universidade? A universidade é uma instituição social e, como tal, expressa as divisões e contradições da sociedade na qual está inserida. Com a modernidade, a legitimidade da universidade funda-se na conquista da concepção da autonomia do saber em relação à religião e ao Estado. Logo, ela está centrada na elaboração de conhecimentos e saberes orientados por métodos específicos e por necessidades imanentes a ele, tanto no que diz respeito à sua criação como disseminação (CHAUÍ, 2003). Melhor dizendo, a universidade moderna define-se como uma instituição republicana, portanto, pública e laica. A partir das lutas e revoluções sociais do século XX, a educação e a cultura tornam-se ademais partes constitutivas da cidadania, dos direitos dos cidadãos, “fazendo com que, além de republicana, a universidade se torne também uma instituição social inseparável da ideia de democracia e de democratização do saber” (CHAUÍ, 2003, p. 05).

Como instituição social republicana e democrática, por sua vez, a universidade só pode plenamente existir em um Estado republicano e democrático. Disso não se deve deprender, contudo, que a universidade seja um mero reflexo da estrutura do Estado e da sociedade. Como uma instituição definida pela autonomia intelectual e pela democratização do conhecimento, ela pode relacionar-se com a sociedade e o Estado de modo a conflitá-los e enfrentá-los criticamente. E este é um momento urgente de convocação para que se acentue e se intensifique ainda mais esta função, a exigir da comunidade universitária o exercício denso e consistente do pensamento crítico e da democratização do saber de maneira a enfrentar a forte onda conservadora e autoritária que reemerge no país.

Embora essa onda venha a acometer territórios diversos mundo afora, mesmo em países com extensa tradição democrática, no Brasil – assim como em cada país, diferentemente – ela assume algumas

singularidades, tendo em vista suas ressonâncias com matrizes históricas próprias (SCHWARCZ, 2019). Aqui, tal como um espectro, alguns conteúdos conservadores retornam, saídos das catacumbas de uma história de autoritarismos e desmandos profusos. Ainda mais com uma história na qual a ideia de cidadania se cunhou como privilégio de classe, a configurar relações sociais de rígida hierarquização que, por sua vez, naturalizam as desigualdades e as assimetrias de classe social, de gênero e de etnia.

Almeida (2018), em recente estudo sobre a Lógica do Espectro, refere-se ao canto 11 da Odisseia de Homero, quando Ulisses penetra a mansão de Hades, o mundo dos mortos. Neste momento, surge para Ulisses o espírito de Elpenor, abandonado insepulto no palácio de Circe, que lhe pede: “Peço que se lembre de mim. Não partas deixando-me para trás, sem pranteio e insepulto” (2018, p. 53). Elpenor, para Almeida, é o protótipo do espectro do qual fala. Insepulto, não tem lugar entre os mortos, e retorna, repete-se, a reclamar e reivindicar os rituais de seu sepultamento, revelando a falácia de um presente pacificado a progredir em direção a um futuro sem entraves e impedimentos.

De fato, argumenta Souza (2017), não se pode pensar a sociedade brasileira sem considerar as violências do processo de colonização e do regime escravocrata que aqui imperou por mais de 300 anos. São matrizes históricas insepultas que reclamam e reivindicam, de tempos em tempos, a rematerialização de um autoritarismo sanguinário e a naturalização de brutas desigualdades. A título de ilustração, dados extraídos de recente estudo de Schwarcz (2019) apontam que entre 2011 e 2015 morreram 260 mil pessoas no conflito bélico da Síria; nesse mesmo período, 270 mil pessoas foram assassinadas no Brasil. Nos 20 anos da guerra do Vietnã (1955-1975) foram registradas 1,1 milhão de pessoas mortas devido ao conflito. Entre 1995 e 2015, no Brasil, foram registrados 1,2 milhão de assassinatos. Não é preciso dizer que esses assassinatos têm território e têm cor. Concentram-se nas favelas e periferias das cidades brasileiras, ocupadas, sobretudo, por negros e negras.

Também abordando esse cenário de conflito, o Atlas da Violência, publicado em 2018, registra que em 2017 a taxa de homicídios entre negros é de 40,2 por 100 mil, e a de não negros é de 16 por 100 mil, configurando uma situação na qual jovens negros têm 2,71 vezes mais probabilidades de serem assassinados do que jovens não negros. E entre as jovens negras, as chances de serem assassinadas é 2,19 vezes maior do que entre as não negras. A história brasileira é, conforme indicam esses dados, um permanente estado de exceção, com escassos momentos em que se vislumbra a perspectiva de superação de uma rotina de barbárie.

Quando a universidade coloca em evidência tais números, analisando crítica e politicamente sua construção histórica, valendo-se para isso de suas diversas áreas de conhecimento, o que vemos é uma avalanche de ataques. E, indissociável deles, a recorrente solicitação para que ela se cale, aderindo de maneira dócil ao silêncio mortífero que imperou em nossa história. Ao negar-se a essa cumplicidade violenta, a universidade é tirada do lugar idealizado de instituição científica e produtora de conhecimentos de nosso país e colocada direto no banco dos réus, sendo declarada culpada pela balbúrdia instalada em seu cotidiano. Quais os efeitos desse cenário para produção de conhecimento?

## **2. A banalidade do mal e o vazio do pensamento**

Na década de 1960, acompanhando o julgamento de Eichmann, funcionário de alto escalão do partido nazista alemão durante o governo de Hitler, Arendt (2010) cunhou o conceito de banalidade do mal. Extensamente criticada na época, particularmente pela comunidade judaica que via em Eichmann a figura de um monstro extraordinário e desumano, o objetivo de Arendt era compreender o que se passava com esse homem que estava sendo julgado em sua responsabilidade pelo genocídio de milhões de judeus nos campos de concentração. Seu foco, para além da individualização do homem em questão, era compreender a condição humana por ele atualizada. Para ela, Eichmann era banal e comum como qualquer pessoa que justifica e executa seu trabalho com competência técnica e destreza, e ambiciona ascender no local em que trabalha, no caso, o partido nazista.

Embora comparar uma organização nazista com uma organização de trabalho qualquer seja uma tarefa aparentemente inusitada, não é de todo impossível quando se considera a intenção da autora em apreender a condição humana como uma questão política e não como uma mera substância individualizada. Acerca disso, Tiburi (2014) ressalta o caráter performativo da banalidade do mal. Ela remete à teoria dos atos de fala de Austin para afirmar que todo enunciado, toda frase, é uma ação social e, portanto, gera efeitos objetivos e concretos nas subjetividades. “Afim”, pergunta, “há algo mais performativo do que uma ideologia, uma crença, uma visão de mundo que nos faz agir de uma maneira ou outra?” (TIBURI, 2014, p. 41). Como já dito, o mal banal, para Arendt, não diz respeito à relação com uma substância humana individualizada e perversa (o monstro nazista, o assassino serial capaz de fazer atrocidades desumanas que pessoas “de bem” não seriam capazes), mas se refere ao mal que está ao alcance de todos. O mal banal de Arendt é democrático. Ele percorre e está ao alcance da mais comum das pessoas. Sobre isso, Tiburi ainda argumenta:

A tese de Arendt sobre a banalidade do mal é, portanto, a tese da potencialidade do mal que pode ser praticado por cada um. A questão potencial, da escolha entre o bem e o mal, da escolha livre, é o seu ponto apavorante. Não que o mal banal represente algo ao nível de uma universalidade da natureza humana capaz de maldade, mas por representar a ação que deriva de uma compreensão do mundo no qual “o outro” e mesmo o “eu” não importa tanto assim (TIBURI, 2014, p. 47-48).

A banalidade do mal, nesse sentido, configura-se mediante a ação performática de invisibilização da alteridade que torna o outro desimportante, sublinhando e tatuando reiteradamente sua condição como de minoria. Por isso, o mal banal é uma antirrelação (TIBURI, 2014). Se o regime nazista produziu o genocídio em massa de judeus, ciganos e negros, os elevados índices de assassinatos de indígenas, dos moradores pobres de favelas (sobretudo jovens e negros), de homens e mulheres homossexuais e de transexuais, além de ocorrências diárias de estupros, feminicídios, violência doméstica contra mulheres e crianças, entre outros eventos de acentuada violência, revelam que o mal banal também percorre ordinariamente os cotidianos do Brasil, e desde há muito.

Apesar deste insistente quadro de brutalidade assombrosa no país, dois poderosos mitos permanecem paradoxalmente presentes e indistintamente inter-relacionados na sociabilidade brasileira: o mito da cordialidade e pacifismo do povo brasileiro, e o da democracia racial (FERNANDES, 2007). A preservação paradoxal de ambos os mitos (o da cordialidade e pacifismo em um país com biografia cruel e sanguinária, e o da democracia racial em um país efetivamente racista) pode ser compreendida através da noção de mito defendida por Chauí (2012, p. 156) que alerta: “Um mito é fundador quando não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo”.

Nesse sentido, entendemos que o fenômeno da reedição do discurso autoritário que toma o país ultimamente é a materialização desses espectros, dessas matrizes históricas não sepultadas. Eles se reatualizam em novas linguagens e meios escondidos por debaixo dos mitos que nos identificam. Por meio deste discurso autoritário, a matriz histórica de uma oligarquia patriarcal e racista reapresenta-se atualizada e modernizada. Como argumenta Schwarcz:

Nosso presente anda, mesmo, cheio de passado, e a história não serve como prêmio de consolação. (...) História não é bula de remédio nem produz efeitos rápidos de curta ou longa duração. Ajuda, porém, a tirar o véu do espanto e a produzir uma discussão mais crítica sobre nosso passado, nosso presente e sonho de futuro (SCHWARCZ, 2019, p. 25-26).

Mas, embora o Brasil tenha singularidades históricas no processo de revivescência de seus espectros autoritários, ele não deixa de estar inserido em um planeta globalizado no qual o discurso autoritário cada vez mais se avoluma, imiscuído e legitimado aos conteúdos hegemônicos do neoliberalismo. Como já dito no início, a razão cínica do neoliberalismo, anunciada por Guareschi (2013), define que a humanidade somente progrediu e chegou ao atual estágio de desenvolvimento em razão da competitividade, elemento crucial para o progresso, incluindo esse movimento nas universidades. As tensões que ela provoca favorecem a mobilização e docilidade disciplinada que inserem os agentes sociais nas engrenagens do sistema para, então, virtualmente, adquirirem os méritos necessários para atingir o bem-estar social e o *status* de pessoas de bem. É o que Stengers alerta ao analisar a atual conjuntura das universidades em sua interface com o mercado:

Não estou falando aqui apenas da economia do conhecimento e do imperativo de produzir conhecimento que interessa aos competitivos jogos de guerra do mundo corporativo. Mesmo os campos acadêmicos que não produzem patentes agora foram submetidos ao imperativo geral da avaliação de *benchmark*. Eles têm que aceitar o julgamento de um pseudo-mercado acadêmico governado pela concorrência cega (STENGENS, 2019, p. 2).

Para além dessa concorrência e seus efeitos na produção de saberes, ainda é preciso lidar com outra adversidade psicossocial trazida pela competitividade: uma tentativa de invisibilizar, (daí razão cínica), a desigualdade das condições de cada um para participar da alentada competitividade, maquiada com a

denominação de meritocracia. Invisibilizam-se, do mesmo modo, as regras do jogo da competição naturalizada, ou seja, que as ferramentas das tecnologias e das técnicas já foram antes apropriadas pelas classes hegemônicas na dinâmica das correlações de força de dada sociedade, direcionando-as segundo seus interesses. E Stengers complementa que em todos os lugares, “o mesmo tipo de ataque foi lançado, o que pode ser caracterizado como uma forma de feitiçaria que obstinada, furtiva e perversamente paralisa nossa capacidade de resistir” (STENGERS, 2019, p. 3).

Nas sociedades capitalistas, as ditas feitiçarias são invariavelmente empregadas na ampliação da mais valia, fazendo com que a produção de riqueza real torne-se menos dependente do tempo da força de trabalho vivo. Se de um lado isto potencialmente viabilizaria a expressiva redução da jornada de trabalho, possibilitando mais tempo livre às pessoas sem, contudo, desempregá-las; de outro, a concentração das técnicas, tecnologias e inovações nas mãos dos proprietários do capital voltam-se exclusivamente para a ampliação do lucro, produzindo cada vez mais mão de obra sobrando e desnecessária para a manutenção das engrenagens do sistema. Ei aí a equação para a crescente materialização de desigualdades abissais que podem ser demonstradas e visualizadas nos índices de violência relatados no início.

Ora, dentro desta geopolítica que se desenha contemporaneamente, o Brasil é colocado e em larga medida também se coloca no lugar de uma neocolônia. E como neocolônia tem uma função estratégica sob o ponto de vista do colonizador: transformá-lo em um grande feirão de *commodities* e territórios a serem consumidos e apropriados pelo grande capital. Assumindo-se como neocolônia bem obediente, também deve submeter-se aos ditames das referências morais e da razão eurocêntricas, sem espaço, portanto, para epistemes outras que Santos (2002) batizou de razão indolente, tendo em vista a pretensão de transformar interesses hegemônicos em conhecimentos verdadeiros e únicos qualificados como válidos. Além disso, pode-se aqui acrescentar, com Stengers, o quanto os colonizados aderem a uma “*fast science*”, criada e comemorada no dito primeiro mundo e estendida ao país colonizado, que adere e apregoa a produtividade a qualquer custo, com seu “imperativo de não desacelerar, de não perder tempo” (STENGERS, 2019, p. 14).

Nesse lugar neocolonial, tampouco se pode olvidar que as universidades públicas brasileiras foram criadas para servir à elite econômica do país. Até poucas décadas, suas vagas eram ocupadas quase exclusivamente por estudantes filhos de famílias de classe alta e média alta. Sua função era fundamentalmente equipar a elite econômica para dar continuidade ao tradicional *modus operandi* no país: ser dirigido por uma classe dominante, agora com um verniz urbanizado e educado que, à custa da expropriação brutal dos corpos e da potência das classes dominadas, vendia o país docilmente ao capital internacional em troca de uma gorda quantia de dinheiro fácil, refletindo o habitual patrimonialismo reeditado (GALEANO, 1971).

A essa altura dos argumentos, já é possível perceber que o ar fica rarefeito e isso abre margens ao ressentimento e frustração frente aos caminhos colonialistas trilhados em nossa história. Cabe, então,

ponderar: se a universidade brasileira está sendo tão atacada nesses últimos anos, isso indica que a trajetória de colonização não aconteceu de modo passivo. Afinal, como aconteceram e acontecem seus desvios e práticas de resistência? Como eles ganham consistência na dura e brutal realidade brasileira?

### 3. Um pouco de oxigênio: as resistências que insistem

O exercício de práxis críticas no âmbito da universidade foi amplamente construído e disseminado, apesar dos fortes ventos contrários. Temos em nossa história de resistência e criação as obras de Paulo Freire (educador), Milton Santos (geógrafo), Florestan Fernandes (sociólogo) e Antônio Cândido (sociólogo e crítico literário), para citar alguns dos mais emblemáticos. Cada um deles, não por acaso, foi exilado. Atualmente, salta aos olhos o caso de Paulo Freire que é estupidamente perseguido como inimigo público do país por uma parcela conservadora da população que sequer deu-se o trabalho de conhecer sua vida e obra. No âmbito da Psicologia, também temos atuações universitárias marcantes em resistência como o caso de Silvia Lane e de Fernando Rey, amplamente comprometidos com a expansão crítica de uma práxis libertária e transformadora do social. Resgatar esses pensadores, neste momento, é premente, uma vez que o exercício do pensamento torna-se tarefa rara, mas também urgente e perigosa. Obviamente, não falamos aqui de qualquer pensar: falamos de um exercício livre, realizado autonomamente e conectado à realidade social e política de nosso país.

Só deste modo, a crítica densa poderá ser construída, disseminada e valorizada no âmbito universitário para implementar crises dialógicas na embriaguez generalizada da estupidez consentida e passivamente aceita, sempre em defesa violenta das trajetórias unívocas e do privilégio naturalizado da manutenção do *status quo*. A estupidez não permite a crítica, logo, tampouco a autocrítica. A crítica requer o diálogo e o diálogo demanda e reconhece a figura do outro, encarnada na alteridade. A estupidez, porém, carece da alteridade, a invisibiliza, desimporta-se dela. No limite, a estigmatiza preconceituosamente, única maneira de vê-la; sem reconhecê-la, contudo. Para o estúpido, o sujeito da personalidade autoritária (ADORNO, 1995), o outro é reconhecido apenas para ser subjugado e dominado utilizando-se, para tanto, dos mais diversos artifícios retóricos: violências simbólicas, chistes desqualificantes, gritos ameaçadores, xingamentos e, na versão mais contemporânea, *fake news*. Nada disso se avizinha de análises e argumentações dialógicas, embora sejam ampla e amargamente corriqueiras ultimamente.

Como escapar dessa embriaguez estúpida? Como acolher a difícil tarefa de produzir conhecimento a revelia da violência em curso, afirmando em seu lugar a alegria e a potência afetiva dos encontros? Os teóricos acima citados, cada um a seu modo, provaram que é possível adotar uma leveza na produção de conhecimento, ainda que também eles estivessem expostos a rude história brasileira. Por isso mesmo, suas obras guardam uma atualidade, atravessam o tempo e se revelam fortes em sua potência para incomodar, sensibilizar e transgredir. Pode-se dizer, na companhia de Gros (2018, p. 184), que eles sentiram “a urgência de reagir e a necessidade de não mais obedecer”. Agindo assim, não aceitaram o inaceitável (GROS, 2018).



Levantamos, então, uma suspeita: talvez algo que esteja passando despercebido nas universidades, por efeito da violência e desqualificação dirigidas aos seus agentes, seja precisamente o modo de operar pela via da resistência e da criação. Aqui, não compreendemos a resistência apenas em seu sentido de oposição, apesar de estarmos de acordo com Foucault que considerar a importância de dizer não às atrocidades advindas do poder instituído que apregoa a ampla passividade, adequação, resiliência e docilização. Para Foucault: “Dizer não constitui a forma mínima de resistência. Mas, naturalmente, em alguns momentos, é muito importante. É preciso dizer não e fazer desse não uma forma de resistência decisiva” (FOUCAULT, 2014, p. 257).

O que teria a ser feito para além do não? É aí que emerge a experiência viva de produzir conhecimento na universidade. Tal experiência lança-nos no risco dos encontros, sejam eles autoritários ou democráticos, ativos ou passivos, conformados ou transgressores, adaptados ou desajustados. Ampliando e diversificando as práticas de resistência e criação, fica-se exposto às diferenças de perspectivas políticas que atravessam as áreas de conhecimento e aos afetos que daí emergem. Por política, acompanhamos as ideias de Rancière (1996) para quem seu exercício envolve, necessariamente, o desentendimento, a ação litigiosa do confronto, a luta e a argumentação diante do desconhecido.

Pensar e agir de modo crítico, portanto, atualiza a possibilidade de lançar a comunidade universitária em um campo complexo de enfrentamentos e de relações de poder. Quem tem medo desse cenário? Todos aqueles que, anestesiados para os encontros e vertigens por eles precipitados (PELBART, 2000), refugiam-se no consenso ou no bom senso. Ora, qual é o bom senso ou o bom sentido? Quem o define e com quais critérios? Em alguma medida, uma parte do conhecimento gerado nas universidades coloca essas questões a cada situação analisada e acaba, por isso mesmo, sendo alvo de ódio e desqualificação por lembrar que a vida é da ordem do enfrentamento e não do apaziguamento.

Daí a dimensão política encarnada por aquela parte da universidade que preza por acolher o exercício do pensamento, colocando em prática o confronto de relações e de perspectivas. Não estamos aqui falando de respeito a opiniões ou de relativismo de ideias. Ambos evocam a passividade e servem apenas para nos adoecer. Estamos, outrossim, abordando o problema no campo da batalha, da luta, da confusão, da incerteza e do enfrentamento entre ideias, conceitos, práticas, metodologias e intervenções. Uma concepção de ciência viva e potente, mas, ao mesmo tempo, nada fácil de ser acolhida e sustentada. Para a parte que não sustenta tal situação, Foucault alerta: “Não podemos nos colocar de fora da situação, e em nenhum lugar estamos livres de toda relação de poder. Mas podemos sempre transformar a situação” (FOUCAULT, 2014, p. 256).

Os ataques sofridos pela universidade no decorrer de sua história e, mais especificamente, neste momento, dão indícios de que ela, em parte, cumpre seu papel crítico e de pensamento, colocando em curso práticas de transformação. Isso é feito esclarecendo “às pessoas que elas são muito mais livres do que pensam, que elas tomam por verdadeiros, por evidentes certos temas fabricados em um momento particular

da história, e que essa pretensa evidência pode ser criticada e destruída” (FOUCAULT, 2004, p. 295). Crítica, história, risco e construção caminham juntos nesse processo. No caso brasileiro, uma história forjada na igualdade democrática e de direitos que, como alerta Souza (2017), escondeu os crimes mais bárbaros contra pobres, negros, moradores da periferia, mulheres e índios, para ficar em apenas alguns exemplos.

Nos últimos anos, desde a redemocratização do país, a universidade novamente teve de criar espaços capazes de questionar o atual estado apaziguado de coisas. A pressão popular e dos movimentos sociais materializaram-se, entre outras práticas, em políticas de ação afirmativa que têm transformado expressivamente o perfil da comunidade universitária, obrigando-a a repensar-se criticamente. A diversidade de raças e classes sociais que compõe o Brasil penetra e esgarça esse perfil único e hegemônico de branco, heterossexual e pertencente às classes sociais superiores. Pobres, negros, indígenas, lgbtqis passam a fazer parte da comunidade universitária e, como seus membros legítimos, reivindicam potentemente sua visibilidade diante da opressão, violência e discriminações, colocando em pauta o debate e a produção de saberes sobre seus problemas e, por extensão, dos problemas concretos de grande parte da população brasileira. Isso aconteceu, particularmente, nas Ciências Humanas e Sociais, pela própria especificidade com a qual essas áreas de conhecimento trabalham, a saber: as pessoas em relação, suas construções objetivas e intersubjetivas, os entraves históricos de acesso aos direitos, as singularidades culturais, os saberes e fazeres elaborados no cotidiano, em suma, toda a vasta complexidade do existir humano, abordado em múltiplas perspectivas.

Outra prática de resistência ensaiada na universidade é a crescente relevância atribuída a autores decolonialistas e pós-colonialistas, como Enrique Dussel (filósofo), Aníbal Quijano (sociólogo e pensador humanista), Walter D Mignolo (semiólogo e professor de literatura), Edgardo Lander (sociólogo). Também nessa vertente, as universidades brasileiras abriram-se para o estudo das obras de escritores indígenas como Ailton Krenak (líder indígena, ambientalista e escritor que pertence à etnia indígena Crenaque), Kaká Werá (escritor e ambientalista brasileiro de origem indígena Tapuia) e Davi Kopenawa (escritor, xamã e líder político dos Yanomami), para citar alguns exemplos. Vemos também em ampla circulação as obras que saem do circuito euro-americano e ganham visibilidade mundial, como o camaronês Achille Mbembe, o beninense Paulin Hountondji, o francoafricano Frantz Fanon, além de orientais como o palestino Edward Said e os indianos Homi Bhabha e Gayatri Chakravorty Spivak. Estes ocupam cada vez mais os debates nos campi, promovendo um revolver na naturalização do pensamento e dos paradigmas hegemônicos.

Compor essa diversidade de saberes e perspectivas também é uma prática de resistência diante do pensamento unificado e simplista das convicções. Stengers (2019, p. 30) chega a sugerir a relevância de buscar uma “ecologia de conexões parciais” por meio da qual é possível “aprender com os outros, ser transformado pelo que é aprendido e reconhecer nossa dívida para com essa experiência transformadora enquanto exploramos seus impactos problematizantes em nossos próprios termos”.

O ataque à universidade pública, especialmente dirigido às áreas de Humanidades e Artes, não surpreende. São próprios da retomada de uma topologia moral fascista que historicamente nos assalta. Uma

necropolítica, para usar termo cunhado por Mbembe (2018), cujo foco é a gestão política através da morte (física e ou civil), reduzindo o outro, o diferente, o alter à sub-humanidade, à desqualificação sistemática ou, em uma vertente mais radical e nem por isso rara, ao extermínio. Para isso, tanto as *fake news* como as tão comentadas “balbúrdias” nos campi são uma ferramenta abundantemente utilizada, buscando desacreditar a produção crítica de conhecimento dessas instituições para facilitar sua gradual destruição. Lição bem aprendida com nossos colonizadores, que tiveram a proeza de justificar e legitimar a monstruosa violência dos processos de colonização a coexistir com o pensamento republicano e iluminista. Bastava uma boa *fake news*, dita por um guru qualquer que alimenta as brutalidades do capitalismo: os nativos das colônias são povos sem alma, ou raças inferiores. Daí nossa aposta, junto com Stenger (2019, p. 32), de acreditar na resistência e na criação fazendo de cada encontro e afeto vividos “valiosos acréscimos à tecelagem de situações que nos capacitarão a resistir à barbárie vindoura”.

### **Considerações finais**

Novamente, a universidade encontra-se em um momento perigoso de sua história. No decorrer deste estudo, buscamos mostrar que esse momento, apesar de difícil, abre para possibilidades potentes e de ampla vivacidade. Cabe à universidade organizar-se e criar dispositivos conceituais, metodológicos e práticos para compreender, analisar criticamente, visibilizar e arrostar esse cenário fascista que ora impera. Nesse momento em que a democracia e a liberdade estão em risco, é preciso que utilizemos nossas ferramentas acadêmicas para fazer o enfrentamento denso desse quadro já tão naturalizado no cotidiano, mas também em alguns de seus setores e agentes.

Para tanto, conforme defendemos neste estudo, cabe ocupar os lugares do saber concentrando nossas escrituras e nossos debates nesse campo de luta. Consideramos precioso criar uma articulação em redes interuniversitárias, mas também com movimentos sociais, sindicatos, povos excluídos e, porque não dizer, com a sociedade civil de modo geral que, sim, está mais mergulhada e amparada na história oficial colonialista que compôs nosso país. Incluímos essa vertente mais colonizada porque a violência necropolítica atinge e continuará atingindo a todos. Assim, não estamos diante de uma questão que concerne apenas à instituição universitária. Estão aí as ameaças de destruição da previdência social, da destruição dos conselhos populares, da drástica redução nos investimentos no SUS e no SUAS, nas políticas de saneamento básico, nas ameaças de destruição das reservas indígenas e quilombolas, no assassinato explícito das populações das periferias mediante a autorização para que a polícia entre atirando nestes territórios e na violenta uberização das relações trabalhistas.

Mais recentemente, estamos nos enfrentando com os limites governamentais para gerir uma pandemia que atinge a cada um e a todos, tanto em escala nacional quanto internacional. O que cabe a universidade? Em nosso entendimento, cumprir sua função política e ética de tomar partido urgentemente

pela vida e por sua potencialização democrática. Isso certamente não ocorrerá se optarmos pela reprodução hegemônica que já nos é tão conhecida.

## Referências

ALMEIDA, Marcus Vinícius. **A Lógica do Espectro**: romance histórico, necromancia e o lugar do morto. Dissertação de Mestrado do Programa Literatura e Crítica Literária. PUC-SP, 2018.

ADORNO, Theodor. **Minima Moralia**. São Paulo. Ática, 1995.

ARENDT, Hanna. **Eichmann em Jerusalém, um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo. Companhia das Letras, 2010.

ATLAS DE VIOLÊNCIA. Produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) em 2018. Disponível em: <[www.ipea.gov.br/portal/](http://www.ipea.gov.br/portal/)>. Acesso em 24 abr. 2020.

CHAUÍ, Marilena. Democracia e sociedade autoritária. **Revista Comunicação e Informação**, v. 15, n. 2, p. 149-161. jul/dez, 2012.

CHAUÍ, Marilena. A Universidade Pública sob Nova Perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. n. 24, Set/Out/Nov/Dez, p. 5-15, p. 2003.

FERNANDES, Florestan. **O Negro no Mundo dos Brancos**. São Paulo. Global Editora, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos V**: Ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos IX**: Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

GALEANO, Eduardo. **Las Venas Abiertas de América Latina**. Ciudad de Mexico: Siglo Veintiuno Editores, 1971.

GROS, Frédéric. **Desobedecer**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

GUARESCHI, Pedrinho. Pressupostos Psicossociais da Exclusão: competitividade e culpabilização. In SAWAIA, B. B. (org). **As Artimanhas da Exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis. Vozes, 2013.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. São Paulo. N-1 Edições, 2018.

PELBART, Pál Pelbart. **A vertigem por um fio**: políticas da subjetividade contemporânea. São Paulo: Iluminuras, 2000.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**: política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo. Cortez, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma nova globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro. Record, 2010.

SCHWARCZ, Lília. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo. Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, Lília; STARLING, Heloísa. **Brasil**: uma biografia. São Paulo. Companhia das Letras, 2015.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso**: da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

STENGERS, Isabelle. Outra ciência é possível: um apelo à slow science. **Cadernos do Ateliê**. 1(5), p. 1-38, 2019. Retirado de <https://ateliedehumanidades.com/2019/06/06/cadernos-do-atelie-outra-ciencia-e-possivel-uma-apelo-a-slow-science-por-isabelle-stengers/>

TIBURI, Márcia. **Filosofia Prática**: ética, vida cotidiana, vida virtual. São Paulo: Record, 2014.